ANAIS

ANÁLISE FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS

VINICIUS XAVIER DE LIMA
viniciusxdelima@gmail.com
UNIVERISDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PABLO MURTA BAIÃO ALBINO
pablo.albino@ufv.br
UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RESUMO: Este estudo analisou o desempenho financeiro de cooperativas de crédito em Minas Gerais e sua relação com o PIB de 10 mesorregiões (2021-2023). Regiões com maior PIB apresentaram melhores indicadores financeiros, enquanto regiões de menor PIB mantiveram boa eficiência operacional. Os resultados sugerem que o contexto econômico influencia o desempenho, mas a gestão eficiente e a capacidade de adaptação são fatores essenciais para o sucesso financeiro, independentemente do PIB regional.

PALAVRAS CHAVE: cooperativas de crédito, análise financeira, indicadores financeiros, eficiência, mesorregiões

ABSTRACT: This study examined the financial performance of credit cooperatives in Minas Gerais and its relationship with the GDP of 10 mesoregions (2021-2023). Regions with higher GDP showed stronger financial indicators, while lower-GDP regions maintained good operational efficiency. The results suggest that economic context influences performance, but efficient management and adaptability are key factors for financial success, regardless of regional GDP.

KEY WORDS: credit cooperatives, financial analysis, financial indicators, efficiency, mesoregions

1. INTRODUÇÃO

O sistema financeiro nacional impulsiona o crescimento econômico, mas sua concentração em grandes bancos limita o acesso ao crédito em comunidades vulneráveis. Nesse contexto, as cooperativas de crédito surgem como alternativas inclusivas, promovendo o desenvolvimento local (MATOS; GREATTI e ZAMPIERI, 2022).

De acordo com dados do IBGE (2021), o estado de Minas Gerais possui aproximadamente 20.540.000 (vinte milhões quinhentos e quarenta mil) habitantes, com cerca de 12% da população vinculada a cooperativas de crédito (OCEMG, 2024), destacando-se como um polo do cooperativismo , o que indica a importância das cooperativas de crédito no estado. Nesse sentido, o trabalho analisa a eficiência financeira das cooperativas singulares no estado entre 2021 e 2023, buscando verificar se nas mesorregiões com maior PIB, as organizações cooperativas apresentam melhor desempenho financeiro.

Os objetivos incluem: (i) avaliar indicadores financeiros por mesorregião, (ii) examinar suas variações no período e (iii) comparar desempenhos entre regiões de diferentes níveis de PIB. A hipótese central é que regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a ter cooperativas mais eficientes.

Para testar essa relação, será utilizada uma abordagem quantitativa, baseada em dados secundários do Banco Central do Brasil. A análise contribuirá para compreender os impactos do cooperativismo no desenvolvimento financeiro regional.

2. REVISÃO DE TRABALHOS SELECIONADOS

Segundo ALVES JUNIOR (2018) O cooperativismo de crédito tem se consolidado como uma alternativa essencial no cenário socioeconômico global, promovendo integração e desenvolvimento local com foco na inclusão social, fruto dos desafios enfrentados ao longo dos últimos dois séculos

. Para PAIVA e SANTOS (2017), a cooperativa de crédito é uma instituição formada por pessoas, com natureza jurídica própria, sem fins lucrativos e com baixo risco de falência, características que a distinguem de outros modelos financeiros.

As primeiras cooperativas de crédito surgiram na Alemanha, no século XIX, sob o modelo Raiffeisen (JACQUES e GONÇALVES, 2016). O contexto de crise econômica e social da época – marcado pelo início da Revolução Industrial e dificuldades agrárias –

impulsionou a criação destas instituições, com Franz Schulze sendo reconhecido como um dos pioneiros ao fundar a primeira cooperativa de crédito em 1852 (MEINEN e PORT, 2014).

Conforme PAIVA E SANTOS (2017) no Brasil, o cooperativismo de crédito teve início em 1902, com a criação da primeira cooperativa em Nova Petrópolis (RS).

JACQUES e GONÇALVES (2016) enfatizam que o modelo foi inicialmente influenciado por experiências internacionais e, posteriormente, adaptado à realidade brasileira. A partir de 1945, a fiscalização das cooperativas passou a ser responsabilidade de um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, fortalecendo o setor e promovendo a inclusão financeira, especialmente em regiões historicamente desassistidas pelos bancos comerciais, a evolução do cooperativismo de crédito no Brasil é sintetizada no **QUADRO 1** a seguir.

QUADRO 1 Evolução da leis e decretos acerca do cooperativismo de crédito no Brasil

Período	**Principais Marcos/Leis**	**Característica**
1900–1920	Decreto nº 979 (1903); Decreto nº 1.637 (1907)	Início do cooperativismo, com foco no crédito agrícola e regulamentação básica.
1921–1940	Lei nº 4.984 (1925); Decreto-Lei nº 581 (1938)	Regulamentação rígida e início da fiscalização governamental.
1941–1960	Decreto-Lei nº 8.401 (1945); Lei nº 1.412 (1951)	Fortalecimento financeiro e ampliação da fiscalização (criação do BNCC).
1961–1980	Lei nº 4.595 (1964); Lei nº 5.764 (1971)	Reconhecimento das cooperativas como instituições financeiras.
1981–2000	Constituição Federal (1988); Resolução BACEN nº 2.608 (1999)	Consolidação do sistema com maior supervisão e autonomia das centrais.
2001–2020	Lei Complementar nº 130 (2009); Resolução BACEN nº 4.284 (2013)	Modernização e fortalecimento da governança e segurança financeira.

Fonte: Paiva e Santos (2017, p. 600-601) e Alves Junior (2018)

Como verificado no QUADRO 1, a regulamentação e fiscalização tiveram um papel importante para o desenvolvimento e consolidação do cooperativismo de crédito no Brasil.

Desde os primeiros decretos voltados ao crédito agrícola até as normativas recentes, o setor evoluiu continuamente, acompanhando as transformações socioeconômicas do país. No início do século XX, o foco estava na estruturação do cooperativismo agrícola, migrando posteriormente para o fortalecimento da fiscalização e criação de estruturas de apoio, como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

A incorporação das cooperativas de crédito ao Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC), com sua organização hierárquica em cooperativas singulares, centrais e confederações, facilitou a expansão e inclusão financeira, especialmente em regiões tradicionalmente negligenciadas pelos bancos comerciais. Este controle legislativo foi decisivo para ampliar o acesso ao microcrédito e promover o desenvolvimento socioeconômico em áreas de baixa renda.

As cooperativas de crédito desempenham um papel social importante ao incentivarem a formação de poupança, financiarem iniciativas empresariais, gerarem empregos e promoverem a distribuição de renda (MATOS, GREATTI e ZAMPIERI, 2022). O crescimento do setor é evidenciado pelos números: 728 cooperativas no Brasil, mais de 15 milhões de cooperados, 90 mil colaboradores e presença exclusiva em 78 municípios de Minas Gerais, acumulando sobras de R$2,2 bilhões.

Contudo, o crescimento requer eficiência na utilização dos recursos financeiros e operacionais, tornando imprescindível a análise de eficiência financeira. Conforme Matarazzo (1998), a análise das demonstrações financeiras transforma dados brutos em informações úteis para a tomada de decisões, permitindo compreender profundamente a situação financeira, prever riscos e identificar oportunidades. Nesse sentido, ASSAF NETO (2015) aponta que o equilíbrio entre ativos e passivos é crucial para a estabilidade e atratividade das empresas.

No contexto específico das cooperativas de crédito, REIS e NEVES (2020) demonstram que a análise financeira revela sua capacidade de oferecer acesso mais amplo ao mercado bancário, apresentando geralmente melhores índices de desempenho econômico em comparação aos bancos tradicionais. Esta constatação ressalta o papel das cooperativas em Minas Gerais, onde desempenham função socioeconômica relevante, ampliando o acesso a serviços bancários em áreas menos atendidas.

Em síntese, a transformação de dados contábeis em informações processáveis é uma alternativa para a tomada de decisões estratégicas, adaptação às mudanças econômicas e

promoção do crescimento sustentável, tanto para empresas em geral quanto para as cooperativas de crédito.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória para analisar a situação financeira das cooperativas de crédito singulares nas mesorregiões de Minas Gerais entre 2021 e 2023. A análise utiliza dados secundários extraídos do portal IF Data do Banco Central, que disponibiliza informações detalhadas das cooperativas, incluindo dados do COSIF e do SCR, fornecidos trimestralmente por instituições financeiras regulamentadas. Complementarmente, são utilizados dados do IBGE de 2021 sobre municípios, mesorregiões e PIB municipal e regional, garantindo uniformidade na comparação entre períodos.

A pesquisa foca nas mesorregiões de Minas Gerais com pelo menos quatro cooperativas de crédito com dados disponíveis no IF Data, assegurando maior robustez estatística. As mesorregiões analisadas incluem: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram excluídas as mesorregiões de Jequitinhonha e Campos das Vertentes para evitar distorções estatísticas, pois possuíam apenas uma e duas cooperativas cadastradas, respectivamente.

A amostra compreende 162 cooperativas de crédito singulares com dados consistentes e acessíveis no IF Data, distribuídas entre as 10 mesorregiões estudadas. As cooperativas podem pertencer a qualquer sistema de cooperativismo de crédito, desde que apresentem dados financeiros completos e atualizados. Os valores monetários são apresentados em termos absolutos, enquanto os indicadores financeiros foram calculados pela média aritmética das cooperativas em cada mesorregião, permitindo uma análise mais uniforme da eficiência financeira.

Os dados foram coletados a partir dos relatórios trimestrais do Banco Central, incluindo informações contábeis e de crédito como carteira de crédito, demonstração de resultados e estrutura de capital. A análise abrangeu os dados de dezembro de cada ano do período 2021-2023, com cálculo e análise de indicadores financeiros relacionados à solvência, rentabilidade e estrutura de capital, conforme equações formuladas para cada métrica avaliada no QUADRO 2..

QUADRO 2 : Indicadores financeiros utilizados

Indicador	Fórmula	Ref.	Objetivo	Fonte
Índice de Imobilização	(Ativo Perm/ Patrimônio de referência Ajustado) * 100	S1	Avaliar a proporção de recursos próprios ativos permanentes.	BACEN (2003)
Participação do Capital de Terceiros	Passivo / Ativo	E1	Medir o grau de dependência de recursos de terceiros na estrutura de capital.	REIS e NEVES (2020)
Retorno sobre o Ativo (ROA)	Resultado Operacional / Ativo	R1	Mensurar a eficiência do uso dos ativos para gerar lucro operacional.	REIS e NEVES (2020)
Retorno sobre o Capital Próprio (ROE)	Resultado Líquido / Patrimônio Líquido	R2	Avaliar o retorno proporcionado aos cooperados sobre seu investimento.	REIS e NEVES (2020)
Captação por Depósitos à Vista	Depósitos à Vista / Passivo	EC1	Identificar a proporção de captação de recursos via depósitos à vista.	REIS e NEVES (2020)
Captação por Depósitos a Prazo	Depósitos a Prazo / Passivo	EC2	Mensurar a dependência de recursos captados por meio de depósitos a prazo.	REIS e NEVES (2020)
Aplicações em Operações de Crédito	Operações de Crédito / Ativo	EC3	Avaliar a participação das operações de crédito no total de ativos.	REIS e NEVES (2020)

Indicador	Fórmula	Ref.	Objetivo	Fonte
Despesas Operacionais	Despesas Operacionais / Ativo	EO1	Monitorar a eficiência operacional em relação ao total de ativos.	REIS e NEVES (2020)

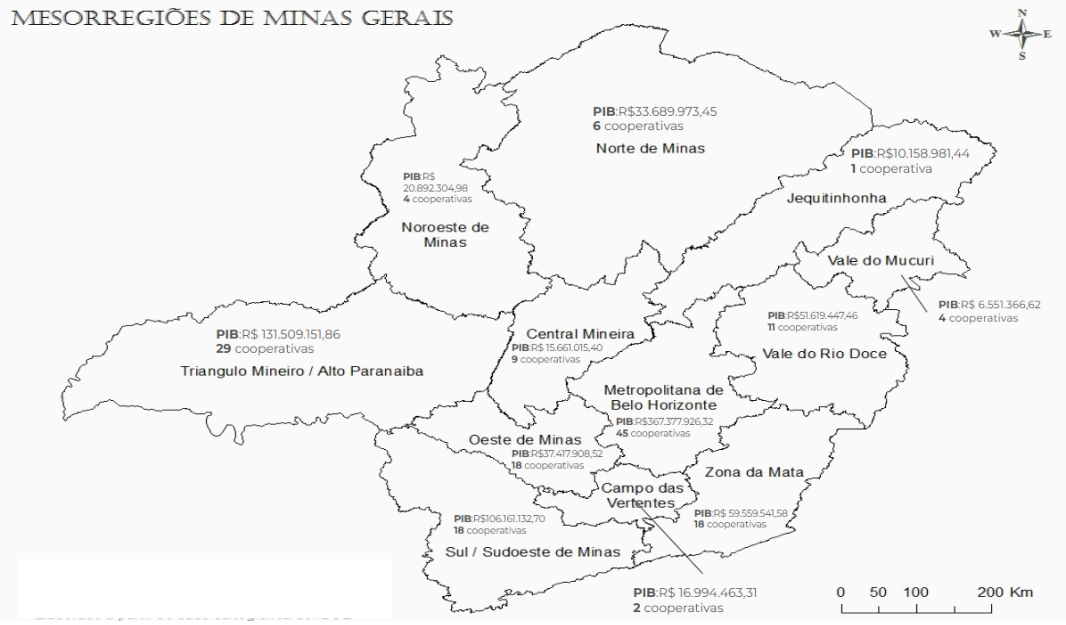
Fonte: elaborado pelo autor, com referências em Assaf Neto e Lima (2017) e Bressan *et al(*2012) *apud* Reis e Neves (2020) e BACEN (2003)

Portanto, foram utilizados alguns dos indicadores financeiros demonstrados nos estudos de REIS e NEVES (2020) para a análise. Embora esses indicadores sejam amplamente utilizados e derivados de outros estudos renomados, é importante ressaltar que a base de dados para esta pesquisa é distinta daquela utilizada pelos autores. Isso pode gerar algumas variações nos resultados, exigindo a adaptação dos indicadores à realidade das cooperativas de crédito em Minas Gerais. A análise, assim, foi ajustada para refletir as particularidades do nosso banco de dados, garantindo uma avaliação precisa e contextualizada da saúde financeira das cooperativas na região. Desse modo, ao invés dos indicadores de liquidez, foram utilizados indicadores de solvência (imobilização), disponibilizado na base de dados do Banco Central do Brasil. O objetivo foi verificar se as cooperativas situadas em mesorregiões com maior PIB apresentam melhores índices financeiros do que as localizadas em regiões de menor PIB.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Minas Gerais é dividida em 12 mesorregiões, que, por sua vez, se subdividem em microrregiões (IBGE, 2021). Essa estrutura territorial permite uma análise detalhada da distribuição das cooperativas e de sua relação com as características econômicas locais. A FIGURA 1 ilustra essa divisão geográfica, fornecendo uma base visual para a compreensão da abrangência regional do estudo.

FIGURA 1 . As messoregiões do Estado de Minas Gerais



Fonte: mg.gov, com dados de IBGE (2021)

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões de Minas Gerais, com base nos dados de 2021 (IBGE, 2021), evidencia diferenças significativas no desempenho econômico entre as regiões, bem como na distribuição das cooperativas de crédito. Essa avaliação permite compreender a relação entre o nível de desenvolvimento econômico e a presença dessas instituições financeiras.

A **Tabela 1** apresenta um ranking das mesorregiões, classificadas conforme seu PIB, além do número correspondente de cooperativas de crédito em cada localidade. Esse levantamento possibilita verificar se há uma correlação entre a concentração de cooperativas e o desempenho econômico regional, contribuindo para a análise da eficiência financeira dessas instituições.

TABELA 1: PIB e quantidade de cooperativas de crédito nas mesorregiões analisadas de Minas Gerais (2021)

Código	Mesorregião	PIB 2021 (valores em milhares de R$)	Número de Cooperativas
1	Metropolitana de Belo Horizonte	R$ 367.377.926,32	45
2	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	R$ 131.509.151,86	29
3	Sul/Sudoeste de Minas	R$ 106.161.132,72	18
4	Zona da Mata	R$ 59.559.541,58	18
5	Vale do Rio Doce	R$ 51.619.447,46	11
6	Oeste de Minas	R$ 37.417.908,52	18

Código	Mesorregião	PIB 2021 (valores em milhares de R$)	Número de Cooperativas
7	Norte de Minas	R$ 33.689.973,45	6
8	Noroeste de Minas	R$ 20.892.304,98	4
9	Central Mineira	R$ 15.661.015,40	9
10	Vale do Mucuri	R$ 6.551.366,62	4
TOTAL	**-**	**R$ 830.439.768,91**	**162**

Fonte: elaborado pelo autor, com dados do IBGE (2021)

A Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte lidera o ranking econômico de Minas Gerais, apresentando o maior PIB (R$367,3 bilhões) e a maior concentração de cooperativas de crédito (45). Essa predominância reflete a relevância econômica da região e a forte presença de serviços financeiros.

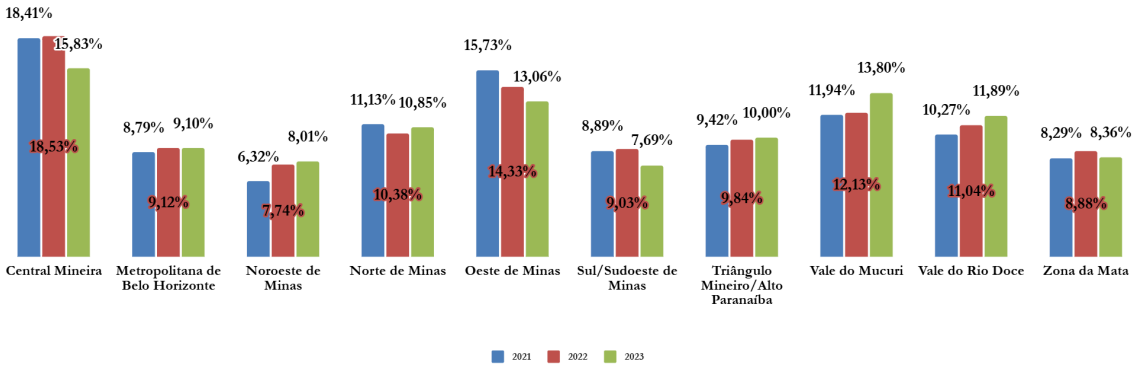
Em segundo lugar, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba registra um PIB de R$131,5 bilhões e 29 cooperativas, evidenciando seu dinamismo econômico impulsionado pelo agronegócio e por uma estrutura financeira bem desenvolvida.

O Sul/Sudoeste de Minas, terceiro colocado, conta com um PIB de R$106,1 bilhões e 18 cooperativas, consolidando-se como um polo agroindustrial e financeiro relevante no estado.

No extremo oposto, o Vale do Mucuri apresenta o menor PIB (R$6,5 bilhões) e um número reduzido de cooperativas, demonstrando desafios relacionados à menor atividade econômica e à necessidade de maior inclusão financeira, onde o cooperativismo pode desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento regional.

Para a análise financeira, foram utilizados oito indicadores financeiros entre 2021 e 2023: Índice de Imobilização (S1), Participação do Capital de Terceiros (E1), Retorno sobre o Ativo (ROA) (R1), Retorno sobre o Capital Próprio (ROE) (R2), Captação por Depósitos à Vista (EC1), Captação por Depósitos a Prazo (EC2), Aplicações em Operações de Crédito (EC3) e Despesas Operacionais (EO1). Os resultados por mesorregião do indicador de imobilização estão apresentados na FIGURA 2.

Figura 2: índice de imobilização por mesorregião



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

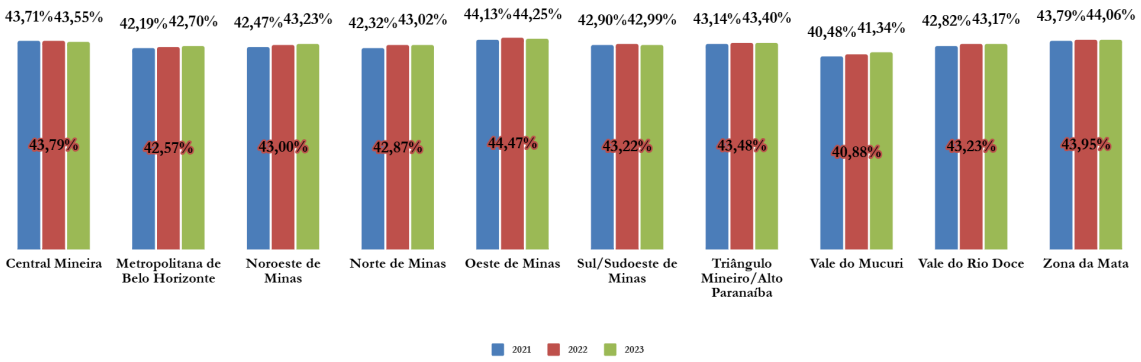
O indicador de imobilização apresentou variações entre as mesorregiões, enquanto as regiões de maior PIB apresentam menores índices de imobilização, as de menor PIB apresentam esse indice de maneira elevada. A Central Mineira, historicamente com os maiores índices (18,41% em 2021, 18,53% em 2022), registrou uma queda expressiva para 15,83% em 2023, possivelmente refletindo uma estratégia de redução de investimentos em ativos fixos após períodos de alto comprometimento de recursos.

Por outro lado, Noroeste de Minas (de 6,32% para 8,01%) e Vale do Mucuri (de 11,94% para 13,80%) apresentaram crescimento contínuo no índice de imobilização, sugerindo maior direcionamento de capital para infraestrutura e tecnologia. A média geral do indicador manteve-se relativamente estável (de 10,86% para 11,10%), mas com variações regionais. Enquanto o Sul/Sudoeste de Minas registrou uma redução acentuada (7,69% em 2023), o Vale do Rio Doce aumentou para 11,89%, refletindo estratégias distintas entre as cooperativas.

Além disso, a relação entre o índice de imobilização e o desenvolvimento econômico regional indica que regiões com altos índices, como Central Mineira e Vale do Mucuri, podem estar investindo em infraestrutura, indicando dinamismo econômico. No entanto, índices elevados podem representar menor liquidez e maior dificuldade de converter ativos fixos em recursos financeiros. Regiões como Noroeste de Minas e Zona da Mata, com aumentos mais moderados, podem estar em fase de modernização ou expansão, mas ainda com espaço para melhorias na eficiência do uso de seus recursos.

A análise do indicador de endividamento entre 2021 e 2023 aponta uma tendência de crescimento, passando de 83,85% para 84,79% no estado de Minas Gerais, com aumento registrado em nove das dez mesorregiões analisada, como verificado na FIGURA 3

FIGURA 3: Índice de endividamento (E1)



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

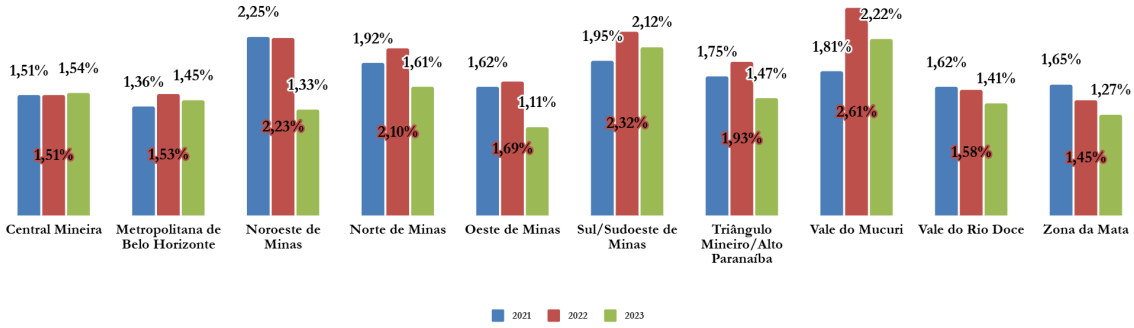
O Noroeste de Minas apresentou a maior alta, subindo de 82,70% para 85,14%, enquanto a Central Mineira foi a única região com redução no índice (de 85,91% para 85,57%), possivelmente refletindo uma estratégia voltada para maior liquidez ou um ajuste na composição do passivo.

O Oeste de Minas manteve os maiores índices de endividamento ao longo do período (86,65% em 2021, 87,25% em 2022 e 87,38% em 2023), sugerindo um alto grau de alavancagem para expansão da concessão de crédito. Em contrapartida, o Vale do Mucuri registrou os menores valores (79,15% em 2021 e 2022, subindo para 80,47% em 2023), indicando uma estrutura financeira mais conservadora.

Ao comparar os índices de endividamento e imobilização, observa-se que o Vale do Mucuri, que aumentou ambos os indicadores, pode estar ampliando sua infraestrutura para fortalecer sua capacidade de concessão de crédito. Já a Central Mineira, ao reduzir ambos, pode estar priorizando liquidez ou diversificando suas fontes de captação. O Noroeste de Minas, com crescimento expressivo em ambas as frentes, sugere uma estratégia de expansão alinhada à captação de novos recursos, evidenciando diferentes abordagens na gestão financeira das cooperativas em cada região

Analisando os índices de rentabilidade ROA (R1) e ROE (R2), a FIGURA 4 evidencia que a rentabilidade das cooperativas de crédito está diretamente ligada à gestão dos ativos, ao nível de alavancagem e à estratégia de crescimento adotada.

FIGURA 4. Retorno sobre o ativo (ROA) por mesorregião (R1)

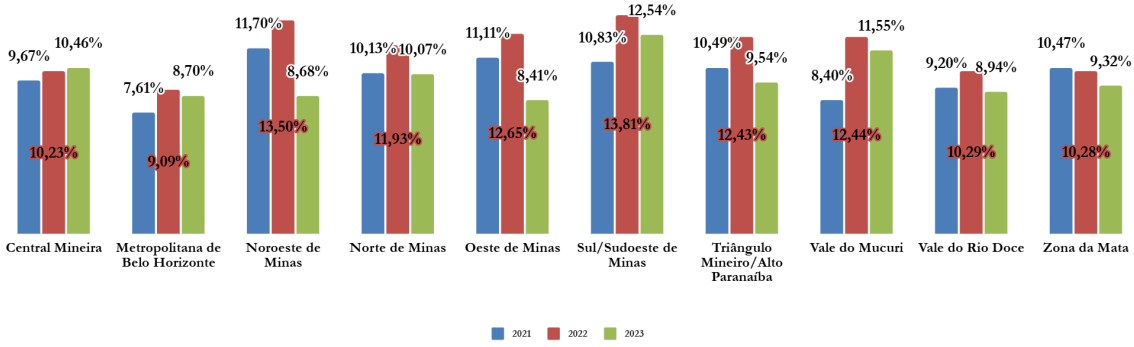


Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

O aumento da imobilização pode indicar investimentos em infraestrutura e tecnologia que, embora pressionem a rentabilidade no curto prazo, podem gerar benefícios futuros. Já níveis elevados de endividamento, quando bem administrados, podem impulsionar a concessão de crédito e melhorar o retorno sobre o patrimônio. Na FIGURA 5 verificamos o comportamento do ROE

Figura 5. Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) por mesorregião (R2)



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

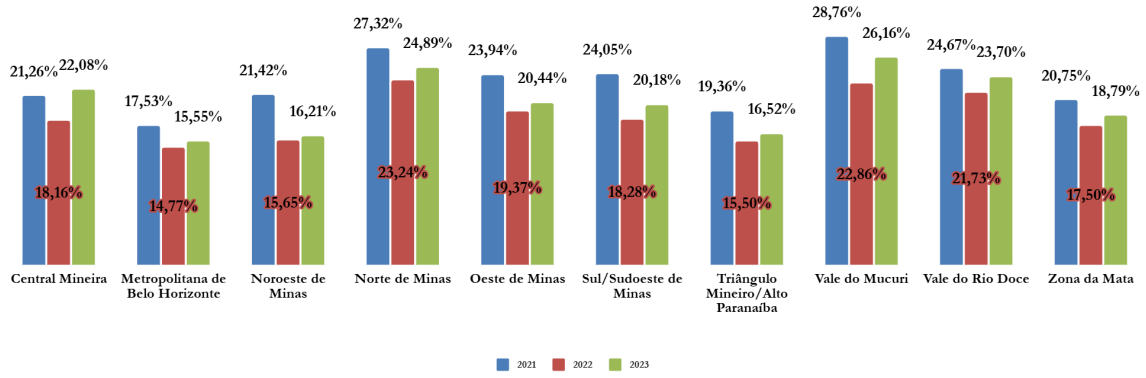
Os indicadores de rentabilidade médios mostraram uma tendência de alta seguida de queda: o ROA subiu de 1,74% (2021) para 1,90% (2022), recuando para 1,55% (2023),

enquanto o ROE seguiu padrão semelhante, crescendo de 9,96% para 11,66% antes de cair para 9,82% no último ano.

O desempenho variou significativamente entre as mesorregiões: Vale do Mucuri apresentou forte crescimento na imobilização e endividamento, atingindo alta rentabilidade em 2022 (ROA 2,61% e ROE 12,44%), com leve retração em 2023, sugerindo investimentos ainda em maturação. O oeste de Minas, com o maior índice de endividamento, sofreu queda expressiva na rentabilidade em 2023 (ROA 1,11% e ROE 8,41%), possivelmente devido aos custos de alavancagem e desaceleração na concessão de crédito. Noroeste de Minas registrou queda nos indicadores (ROA de 2,25% para 1,33% e ROE de 13,50% para 8,68%), indicando que o aumento na captação e imobilização ainda não gerou o retorno esperado. Central Mineira mostrou estabilidade na imobilização e leve redução no endividamento, resultando em desempenho financeiro estável (ROA 1,54% e ROE 10,46%). Sul/Sudoeste de Minas destacou-se com os maiores índices de rentabilidade no período (ROA 2,32% e ROE 13,81% em 2022), mantendo desempenho superior à média mesmo com leve queda em 2023. Zona da Mata e Vale do Rio Doce apresentaram quedas sucessivas nos indicadores de rentabilidade, possivelmente relacionadas a desafios operacionais e maior inadimplência.

No contexto das operações de crédito, a FIGURA 6 apresenta a evolução dos depósitos as vistas das mesorregiões.

FIGURA 6. Operações de crédito à vista (EC1)



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

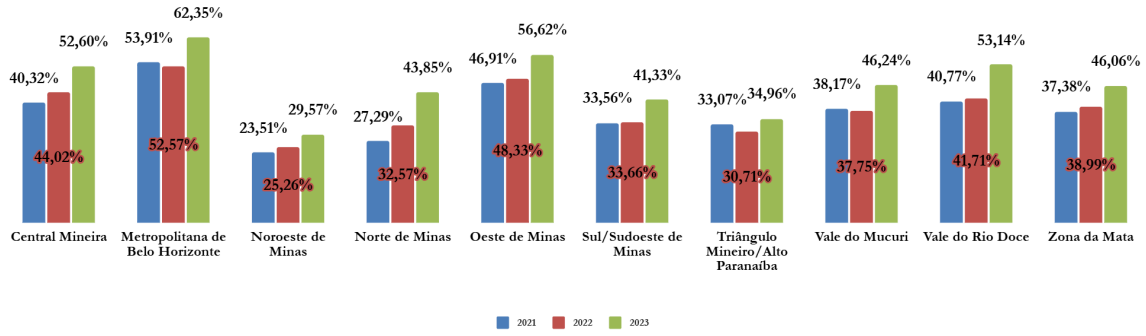
As operações de crédito à vista sofreram quedas significativas em quase todas as mesorregiões entre 2021 e 2022, seguidas por uma leve recuperação em 2023. A Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, apresentou uma redução de 17,53% em 2021

para 14,77% em 2022, recuperando-se parcialmente para 15,55% em 2023. Esse comportamento pode estar relacionado à migração de recursos para modalidades mais rentáveis, como os depósitos a prazo, impulsionada pelo aumento das taxas de juros.

Por outro lado, em regiões como o Vale do Mucuri, o indicador EC1 permaneceu relativamente estável, passando de 28,76% em 2021 para 26,16% em 2023, sugerindo uma maior retenção de depósitos à vista, possivelmente devido a um perfil econômico diferente ou a uma menor atratividade de outras modalidades financeiras.

Na FIGURA 7, são apresentadas as flutuações nas operações de crédito a prazo ao longo do mesmo período, permitindo uma comparação direta com as tendências observadas nas operações de crédito à vista.

FIGURA 7. Operações de crédito a prazo por mesorregião (EC2)



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

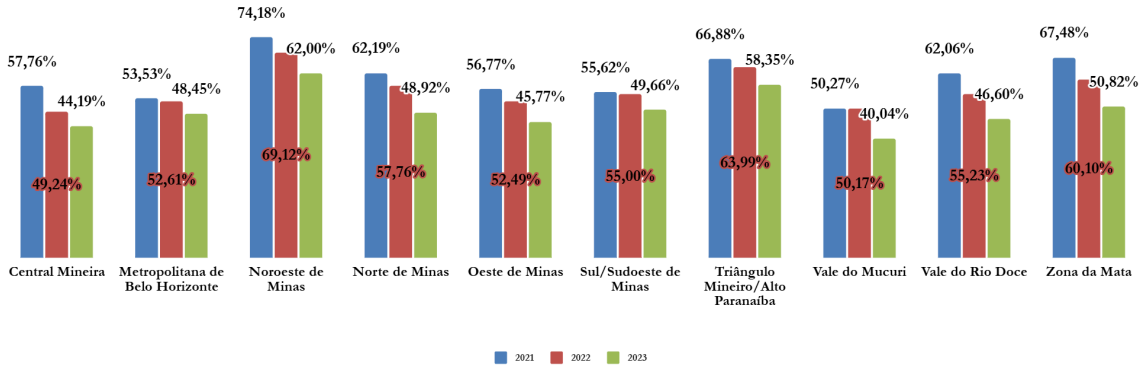
Ao contrário dos depósitos a vista, as operações de depósito a prazo demonstraram um crescimento expressivo na maioria das regiões, indicando a preferência das cooperativas por *funding* de longo prazo para sustentar suas operações de crédito.

A Zona da Mata exemplifica essa tendência, registrando um aumento no EC2, que passou de 37,38% em 2021 para 46,06% em 2023. No Vale do Rio Doce, esse crescimento foi ainda mais acentuado, com o EC2 subindo de 40,77% para 53,14% no mesmo período.

Esse movimento indica a estratégia das cooperativas de consolidar uma base de financiamento mais robusta, garantindo maior segurança para a expansão da concessão de crédito e maior resiliência diante das oscilações do mercado.

Assim, a análise das operações de crédito são demonstradas no FIGURA 8

FIGURA 8. Operações de crédito por mesorregião (EC3)



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

O EC3 (proporção de operações de crédito no ativo total) apresentou variações significativas entre as mesorregiões. O Sul/Sudoeste de Minas manteve EC3 relativamente estável (55,62% em 2021 para 49,66% em 2023), sustentando altos índices de rentabilidade (ROA 2,12% e ROE 12,54% em 2023). Em contraste, o Oeste de Minas registrou queda acentuada no EC3 (56,77% para 45,77%), possivelmente indicando maior seletividade na concessão de crédito ou redução na demanda.

Observou-se que regiões com maior captação por depósitos a prazo (EC2) tendem a apresentar maior estabilidade nas operações de crédito. O Vale do Rio Doce apresenta crescimento no EC2 (40,77% para 53,14%). Ao mesmo tempo, a região manteve um EC3 sólido, indicando uma eficiente mobilização de recursos. Já o Noroeste de Minas, com queda no EC3 (74,18% para 62,00%), apresentou desempenho volátil.

Nota-se que tanto os índices de rentabilidade quanto a eficiência na captação e aplicação de recursos apresentam características semelhantes.. O Sul/Sudoeste de Minas, com EC3 elevado e estável, em comparação com as demais mesorregiões, apresentou rentabilidade acima da média, enquanto a Zona da Mata, com quedas sucessivas no EC3, viu sua rentabilidade reduzir no período.

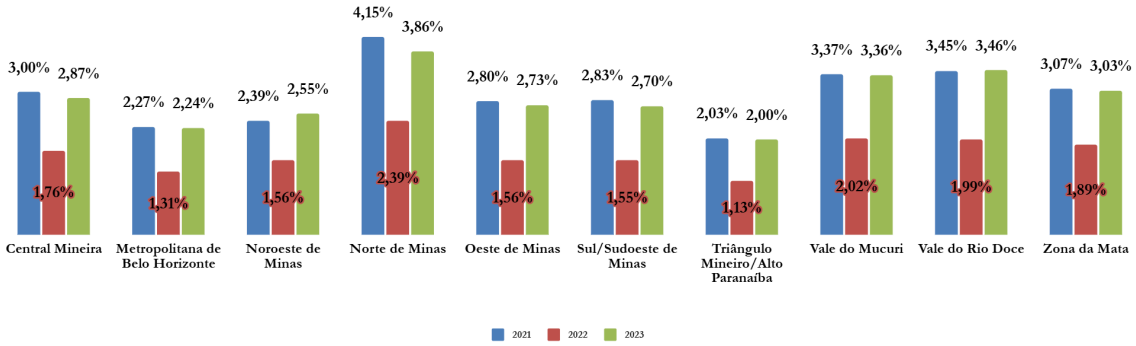
O endividamento influenciou diretamente a captação por depósitos a prazo. No Vale do Mucuri, o aumento do endividamento (79,15% para 80,47%) foi acompanhado pelo crescimento do EC2 (38,17% para 46,24%), refletindo o uso de recursos captados para financiar operações de crédito.

A imobilização também impactou indiretamente às operações de crédito. A Zona da Mata, ao aumentar sua imobilização (14,15% para 16,78%), comprometeu sua flexibilidade

financeira, resultando em queda no EC3 e na rentabilidade. Em contrapartida, o Sul/Sudoeste de Minas, com níveis mais controlados de imobilização (12,32% para 13,60%), manteve alocação eficiente de ativos e rentabilidade constante.

Por fim, a análise das despesas operacionais é apresentada na **FIGURA 9,** permitindo uma visão detalhada dos custos envolvidos nas operações das cooperativas ao longo do período analisado.

FIGURA 9. Despesas operacionais por mesorregião (EO1)



Legenda: Período

Fonte: elaborado pelo autor

Neste indicador, as mesorregiões de Minas Gerais apresentaram tendência semelhante nas despesas operacionais, com uma redução no ano de 2022 e crescendo novamente no período de 2023. Para REIS e NEVES (2020), as cooperativas de crédito, apesar de operarem em um mercado competitivo, mantêm valorização de profissionais e atendimento humanizado, gerando maiores custos com pessoal, mas conseguindo manter margens consistentes mesmo com defasagens tecnológicas.

Assim, as despesas operacionais, quando bem geridas e alinhadas com os princípios cooperativistas de valorização dos profissionais e atendimento humanizado, podem ser um indicativo de eficiência, como observado no Sul/Sudoeste de Minas e Vale do Mucuri. O desafio das cooperativas é equilibrar seus custos operacionais com a expansão do negócio e a qualidade na gestão de recursos, respeitando seus princípios sociais.

A análise dos indicadores financeiros entre 2021-2023 mostrou variações regionais nas despesas operacionais e sua relação com rentabilidade e endividamento. A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas controlou despesas (2,70%) mantendo alta rentabilidade (ROA 2,12%, ROE 12,54%), enquanto a Zona da Mata teve aumento nas despesas e queda na rentabilidade.

O Vale do Mucuri aumentou endividamento e captação de depósitos a prazo, mantendo despesas estáveis, o que melhorou sua rentabilidade. Já o Norte de Minas, com as maiores despesas operacionais (3,86%), não obteve retorno proporcional.

Observou-se heterogeneidade entre as mesorregiões. O Noroeste de Minas e Vale do Mucuri destacam-se pelo aumento no Índice de Imobilização. Por sua vez, Oeste de Minas e Zona da Mata registraram quedas nesse indicador. As mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro tiveram resultados mistos. O Vale do Rio Doce aumentou a captação por depósitos a prazo.

Regiões como a Metropolitana de Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tiveram resultados mistos, com crescimento em alguns indicadores, mas queda na captação por depósitos à vista. Este resultado indica uma possível mudança na estrutura de funding das cooperativas locais. O Vale do Rio Doce apresentou aumento na captação por depósitos a prazo, indicando uma estratégia conservadora e alinhada à busca por estabilidade financeira, enquanto o Sul/Sudoeste de Minas manteve um desempenho equilibrado, refletindo uma gestão eficiente dos recursos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a relação entre o desempenho financeiro das cooperativas de crédito e o contexto econômico das mesorregiões de Minas Gerais entre 2021 e 2023, com foco na influência do Produto Interno Bruto (PIB) regional. A hipótese era de que cooperativas em mesorregiões com maior PIB teriam melhores índices de eficiência financeira. Os resultados confirmaram parcialmente essa hipótese: as regiões com maior PIB, como a Metropolitana de Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro, mostraram melhores indicadores financeiros, como rentabilidade (ROA e ROE). No entanto, regiões com PIB menor, como o Vale do Mucuri e o Norte de Minas, também mantiveram eficiência técnica satisfatória, especialmente com estratégias de gestão adaptadas localmente.

De maneira geral, as cooperativas que conseguiram fortalecer a captação de depósitos e otimizar suas operações de crédito apresentaram crescimento mais consistente, enquanto aquelas que enfrentaram desafios operacionais, como altos custos ou defasagem tecnológica, registraram quedas na rentabilidade. A valorização do capital humano e a modernização tecnológica surgem como fatores essenciais para a estabilidade financeira e competitividade

das cooperativas, ressaltando a importância de uma gestão estratégica eficiente para adaptação às condições do mercado.

A pesquisa conclui que o PIB regional tem uma correlação positiva com indicadores de rentabilidade e escala operacional, mas não é um fator determinante absoluto. Fatores internos, como a gestão de recursos e a captação estratégica de depósitos, desempenham um papel crucial. O estudo também sugere que, apesar das limitações da amostra e do período analisado, a gestão eficiente e a adaptação local são essenciais para a sustentabilidade das cooperativas, independentemente da região.

Este trabalho contribui para a literatura ao destacar que o sucesso financeiro das cooperativas de crédito depende não apenas do contexto econômico regional, mas também de uma gestão estratégica eficiente.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, Almiro. **A institucionalização do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais.** 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Brasília, 2023. Data-base: dezembro/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cooperativas de crédito: **Tipos de cooperativas de crédito singulares - operações e atividades**. Banco Central do Brasil, 12 jul. 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/tipos-de-cooperativas-de-credito-singulares-operacoes-e-atividades. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988).** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira**. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 2 (57), p. 489-509, ago. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n2art8.

MATOS, Alan Guran; GREATTI, Ligia ZAMPIERI, João Victor. A atuação das cooperativas de crédito em prol da inclusão financeira: estudo de caso comparado. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas. v. 9, n. 17, 2022. DOI: https://doi.org/10.5902/2359043263608. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/63608

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confebras, 2014.

MOTTA, Francisco Meller da. **Análise da contribuição do sistema de crédito cooperativo no aumento da eficiência econômica do sistema financeiro brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas,** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PAIVA, B. G. M. de; SANTOS, N. M. B. F. dos. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea, [S. l.], v. 15, n. 2,** 2011. DOI: 10.5892/ruvrd.v15i2.4277. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4277/pdf_724. Acesso em: 08 de out 2024

REIS, B. dos S.; REIS NEVES, M. de C. Análise da eficiência sócio financeira de cooperativas de crédito no Brasil**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 203–221, 2020.** DOI: 10.5902/2359043241504. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41504. Acesso em: 07 de nov. 2024.

SISTEMA OCEMG. **Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro**. Belo Horizonte: Sistema Ocemg, 2023.

SISTEMA OCEMG. **Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro.** Belo Horizonte: Sistema Ocemg, 2024.

.